

Territórios do Petróleo: uma experiência de educação ambiental no âmbito do Licenciamento Ambiental de Gás e Petróleo no Brasil

Territorios do Petroleo: experience of environmental education in environmental licensing scope of gas and oil in Brazil

Marcelo Carlos Gantos. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Brasil).

Resumo

O texto analisa o projeto de pesquisa e extensão denominado “Territórios do Petróleo” executado pela Universidade Estadual do Norte Fluminense e a Petrobras em dez municípios da região da Bacia de Campos, RJ, Brasil. O projeto é uma medida de mitigação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal conduzido pelo IBAMA-Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Seu objetivo é alavancar ações de educação ambiental crítica no âmbito do Licenciamento Ambiental Federal de atividades de produção de gás y petróleo da Petrobras. O foco das ações é mitigar o déficit de informação sobre Royalties e participações especiais provenientes da exploração petrolífera na região. Baseados na socioanálise e metodologias participativas se promove o acesso a linguagens e formas contemporâneos de comunicação digital junto as comunidades desfavorecidas impactadas pelo indústria do petróleo, formando e mobilizando os munícipes para a composição de Núcleos de Vigília Cidadã. Os núcleos são espaços dedicados a formação continuada e a qualificação da participação comunitária no debate socioambiental crítico. O projeto combate assimetrias históricas e instrumentaliza alternativas de melhor acesso à informação sobre a indústria do petróleo e seus impactos, priorizando a questão da renda petrolífera e a discussão pública do controle social destes recursos.

Astract

The paper analyzes the research project and extension project called “Territorios do Petroleo” run by the State University of North Fluminense and Petrobras in ten municipalities in the Campos Basin region, RJ, Brazil. The project is a mitigation measure required by the Federal Environmental Licensing led by IBAMA-Brazilian Institute of Environment and Renewable Natural Resources. The goal is to leverage critical environmental education under the Federal Environmental Licensing y petroleum gas production activities of Petrobras. The focus of action is to mitigate the information deficit on Royalties and special participation from petroleum exploration in the region. Based in Social analysis and participatory methodologies promotes access to languages and contemporary forms of digital communication with disadvantaged communities impacted by the oil industry, forming and mobilizing citizens to compose Centers for Citizen Watch. The cores are spaces dedicated to continuing education and the qualification of community participation in critical environmental debate. The project combat asymmetries and historical exploits alternatives better access to information about

the oil industry and its impacts, prioritizing the issue of oil revenues and public discussion of social control of these resources.

Palavras chave

Licenciamento Ambiental; Educação Ambiental; Políticas Públicas; Controle Social

Key-words

Environmental Licensing; Environmental Education; Public Policy; Social control

Apresentação

O texto analisa o processo de desenvolvimento e implantação do projeto de pesquisa e extensão denominado “*Territórios do Petróleo*”, iniciado em julho de 2014 no Brasil¹. O projeto se inscreve no âmbito do Programa de Educação Ambiental (PEA-BC) da Petrobras na Bacia de Campos, Rio de Janeiro (Brasil) e compõe a trama de medidas mitigadoras dos empreendimentos alvo de Licenciamento Ambiental. Nesse contexto, as ações planejadas e executadas pela empresa foram formuladas e alinhadas em consonância com o Artigo 225 da Constituição Federal, com a Política Nacional do Meio Ambiente Lei nº 6.938/81, Artigo 10º, com as diretrizes do Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA, fundamentado na lei que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Lei 9.795/99, regulamentada pelo Decreto nº 4.281/02, especialmente em seus objetivos fundamentais

de Educação Ambiental definidos em seu Artigo 5º.

O PEA-BC constitui-se assim na medida mitigadora e compensatória dos empreendimentos da Petrobras para exploração, produção e escoamento de óleo e gás natural, localizados na área marítima da Bacia de Campos. Contemplando diversos empreendimentos, este programa prevê ações que privilegiem a caracterização socioambiental, realizada de forma participativa, a identificação, valorização e conservação dos signos, cultura e meio ambiente locais, em conformidade com a concepção pedagógica e metodológica para a prática da educação ambiental no licenciamento proposta pelo CEGEAM/IBAMA/MMA. Desta forma Territórios do Petróleo, se insere no escopo do PEA-Petrobras como uma das exigência mitigadora para atender às condicionantes específicas das Licenças de Operação, estabelecidas pela Coordenação Geral de Petróleo e Gás (CGPEG) do IBAMA, das seguintes atividades:

1 Em 14 de maio de 2014, a Petrobras, a UENF e a Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional - Fundenor celebraram o convênio nº 2100.0089450.14.4 para implementação das ações do Projeto de Pesquisa e Extensão Territórios do Petróleo.

- FPSO Cidade do Rio de Janeiro - Poço-RJS-409, concessão de Espadarte - LO 594/2007

- FPSO Cidade de Rio das Ostras - Bloco Exploratório Aruanã,- LO 1037/2011
- P-65 - Campos de Enchova, Bonito, Enchova Oeste, Bicudo, Piraúna e Marimbá - LO 206/2002
- P-47 - Campo de Marlim, Bacia de Campos - LO 477/2005
- P-63 - Campo de Papa-Terra (BC-20) -LO 1196/2013
- P-61 - Campo de Papa-Terra (BC20) – LO 1196/2013
- Projeto de Escoamento de Gás para Cabiúnas - Gasoduto Rota Cabiúnas - LI 1001/2014

O Plano de ação de Territórios do Petróleo se vincula a Linha de Ação B: *“Controle Social da aplicação de royalties e de participações especiais da produção de petróleo e gás natural”* pertencente a Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA N° 01/10 PEA-BC e surge como resposta mitigadora as demandas identificadas a traves do Diagnóstico Participativo (2012) e conforme ao proposto na Agenda de Compromissos da empresa no âmbito do processo de Licenciamento. A partir dos resultados evidenciados no Diagnóstico Participativo do PEA-BC a empresa selecionou a Linha de Ação B cujo foco consiste em *“apoiar um público diversificado, no acompanhamento, na divulgação e na discussão pública em torno da distribuição e da aplicação dos recursos financeiros das participações governamentais (royalties e participações especiais) pelo poder público municipal”*. Este é o marco refe-

rencial dentro do qual se justifica e configura o PEA-Territórios do Petróleo objeto desta comunicação.

O tema, a escolha e delimitação dos espaços e os atores sociais que configuram o corpo da proposta de Territórios do Petróleo se fundamenta em demandas atuais e prospectivas evidenciadas nos resultados do Diagnóstico Participativo do PEA-BC (2012). Este documento inicialmente identificou e definiu a questão dos Royalties como um dos cinco macro-impactos socioeconômicos derivados da atividade petrolífera na região. Os cinco macro-impactos socioeconômicos identificados e descritos no Relatório do Diagnóstico Participativo do PEA-BC são: 1. Ocupação do Espaço Marinho; 2. Dinâmica demográfica; 3. Ocupação e uso do solo; 4. Pressão sobre a infraestrutura urbana, social e de serviços; 5. Royalties. Um dado imprescindível para contextualizar o empreendimento petrolífero na região é a magnitude da área de exploração delimitada pela Bacia de Campos, concentrando nos Municípios de sua área de influencia a maior renda petrolífera do país,

Dentro do cenário descrito o PEA-Territórios do Petróleo situa seu acionar na geografia e nos grupos sociais trabalhados durante o processo de elaboração do Diagnóstico Participativo do PEA-BC, retomando seus resultados mais significativos em termos de impactos e demandas oriundas das atividades e operações de

petróleo e gás nos municípios afetados desta Bacia. O Diagnóstico revelou que os Royalties do petróleo tendem a representar um dos temas que mais interessam a todos os grupos sociais, dado que foi corroborado pela identificação de um déficit informativo bastante generalizado em todos os segmentos sociais participantes da experiência. Ainda se destaca que pela sua transcendência e complexidade este quadro negativo necessita ser abordado no campo da Educação Ambiental (EA) de forma consorciada a ações estruturadas e focalizadas para promover e aumentar o acesso a informação e a compreensão pública deste processo. A partir destas constatações o grupo de trabalho composto pela equipe da *Universidade Estadual do Norte Fluminense*² em diálogo com técnicos da Petrobras elaborou a problematização inicial que fundamentou nosso acionar. Se postulou que perante a realidade retratada pelo Diagnóstico a resposta se encontraria na produção de estratégias coletivas de qualificação e articulação comunitária nas comunidades afetadas direcionadas a criar dispositivos e processos sociais que contribuam a diminuir o déficit informacional da população e aumentar os níveis de organização e de efetividade do

controle social dos cidadãos (sujeitos da ação educativa) sobre os recursos financeiros das participações governamentais provenientes do empreendimento petrolífero na Bacia de Campos.

Desta maneira, a proposição técnica e política que fundamentou Territórios do Petróleo buscou incidir na mitigação do déficit informacional identificado mediante o planejamento execução de ações integradas e gradativas de educação ambiental que ao cabo de 24 meses resultem no desenvolvimento e implantação de dispositivos territoriais denominados Núcleos de Vigília Cidadã. O objetivo perseguido é a construção coletiva de novos espaços comunitários aptos para a comunicação popular, inclusão digital que favoreçam a ampliação do acesso as formas contemporâneas de cidadania. Esta previsto operar processos de qualificação orientados a alfabetização digital e audiovisual, geração e disseminação de informação, ampliando capacidades e as bases da compreensão pública do papel e as formas da participação comunitária no controle social na distribuição e aplicação do recursos financeiros das participações governamentais (royalties e participações especiais) pelo poder público municipal.

2 O projeto, se encontra sediado no Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense, é conduzido por uma equipe técnica interdisciplinar pertencente maioritariamente ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais (UENF/CAPES) e executada por técnicos, graduados, alunos provenientes de diversos centros da universidade e agentes comunitários dos municípios envolvidos.

Nos propomos daqui adiante apresentar os pressupostos que orientaram esta experiência em andamento, descrever o processo de implantação e evidenciar os resultados parciais atingidos pelo projeto

“Territórios do Petróleo” em seu primeiro ano de vigência .

O recorte espacial

O recorte geográfico considerou os territórios costeiros, contíguos entre o município de Arraial do Cabo, localizado no extremo sul da área de abrangência do PEA-BC, ao município de São João da Barra, no extremo norte do Estado do Rio de Janeiro. A definição do recorte espacial se articulou sobre o entendimento a respeito da natureza da indústria de petróleo e gás. Nesse intuito a indústria foi definida a partir das operações de exploração e produção offshore na Bacia Sedimentar de Campos, incluindo, portanto, as atividades de sísmica, perfuração, produção e escoamento que ocorrem no âmbito do espaço marinho. No âmbito dos municípios costeiros foram também consideradas as instalações de negócio, industriais, logísticas e de escoamento que estejam vinculadas aos empreendimentos offshore, ou seja, direcionadas ao atendimento exclusivo da exploração e produção petrolífera marítima. Desse modo, deve ser considerada a presença de estruturas industriais para processamento, tratamento, armazenamento e escoamento de petróleo e gás natural, de suporte logístico, da Unidade de Operações da Petrobras e de empresas fornecedoras de bens e serviços. Territórios do Petróleo atua -diretamente e indiretamente- sobre a população de 10

municípios dessa região, todos localizados no Estado do Rio de Janeiro.

A identificação e seleção dos municípios pautados foi realizada a partir da matriz de dados do Diagnóstico Participativo PEA-BC que internalizaram o histórico o resultados gerados pela ações vinculadas ao processo de Licenciamento Ambiental empreendidas pela Petrobras entre os anos de 2006 e 2012. Os municípios selecionados para este projeto são: Arraial do Cabo, Cabo Frio, Búzios Rio das Ostras, Rio das Ostras, Macaé, Carapebus, Quissamã, Campos dos Goytacazes e São João da Barra. No contexto territorial recortado as atividades de prospecção e de exploração petrolíferas se distinguem por ser altamente impactantes, positiva e negativamente gerando recursos de vulto e passivos socioambientais de difícil mitigação. Sua lógica de localização não vem de escolhas políticas, senão das condições geofísicas, inserindo-se muito frequentemente em municipalidades historicamente pobres e desiguais, onde são recebidas com as mais altas expectativas de trazerem o desenvolvimento, o bem-estar e a superação do quadro de desigualdades. Estes municípios que compartilham o fato geográfico de estarem localizados na plataforma continental contígua aos poços de petróleo explorados nesta bacia respondem juntos por, aproximadamente, 84% da produção nacional de petróleo e de 42% do gás Natural (dados de 2009), espalhada em 55 campos em operação.

Esta realidade se agudiza devido a impropriedades nas regras de rateio das compensações financeiras (PIQUET, 2012); No Norte Fluminense, Macaé é o único município que conta com pessoal ocupado diretamente nos sub setores de Extração e Logística de Petróleo e Gás Natural. Com a concentração das atividades industriais do setor petrolífero apenas Macaé poderia ser nomeado como “produtor”. É em seu território que se darão as resultantes de uma atividade que se enquadra no que se convencionou os restantes municípios configuram um conjunto especial para os quais pode ser atribuída a designação de petro-rentistas. Isto é não possuem outra relação com a atividade petrolífera “visível” aos olhos da população que a de se encontrar próximos das áreas de produção marítima recebendo parcelas significativas das rendas públicas do petróleo. Em torno destes municípios de orçamentos milionários se consolida a hipótese de estarem enfrentando o fenômeno paradoxal denominado o desafio da abundância que se traduz no descompasso entre a capacidade de planejar o gasto e o ritmo crescente das receitas; na desinformação e ausência de transparência na contabilidade pública destes recursos e na chamada “preguiça fiscal” resultante da lógica tributária de não incomodar o contribuinte-eleitor na medida em que as compensações petrolíferas cobrem as necessidades de gasto das prefeituras. Este conjunto de fatos redundando de modo geral na polarização espacial da riqueza pública e da distribuição de

renda no interior dos territórios produtores reproduzindo altos níveis de desigualdade, pobreza e exclusão assim como a formação social de cidades “sem crítica”, devido – sobretudo- ao poder amplo de cooptação e corrupção dos organismos políticos da sociedade civil³.

Público definido

A previsão do público do projeto foi elaborada em consonância com as diretrizes delineadas pelo Órgão Ambiental Federal (CGPEG/IBAMA) e baseada nos dados provenientes do Diagnostico Participativo do PEA-BC (2012) e orientações sugeridas pela equipe técnica de socioeconomia da Petrobras. Acerca dos impactos da indústria petrolífera no Norte Fluminense, saber institucional transferido pelo IBAMA e adquirido e aprimorado pela empresa ao longo de sua participação qualificada no Licenciamento na região é um fator chave. Houve também o entendimento do órgão ambiental acatado pela empresa e incor-

3 Ao respeito pode se consultar: Piquet, Rosélia. Indústria do Petróleo e Dinâmica Regional: reflexões teóricometodológicas. In: Piquet, R.; Serra, R. (Orgs). Petróleo e Região no Brasil, o desafio da abundância. Rio de Janeiro: GARAMOND, 2007; CRUZ, José Luis VIANNA. Modernização Produtiva, Crescimento Econômico e Pobreza no Norte Fluminense (1970-2000). In: PESSANHA, R.; SILVA NETO, R. (Orgs). Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense. Campos dos Goytacazes: WTC Editora, 2004. TOTTI, M.E.F. (Orgs). Formação Histórica e Econômica do Norte Fluminense. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

porado como insumo para a elaboração de Territórios do Petróleo, de que existiu na experiência anterior do PEA-BC uma inadequação na capacidade de atingir nas suas ações a base da organização comunitária e dessa maneira deixou-se de atingir plenamente a realidade dos sujeitos sociais mais comprometidos e de efetivar processos sociais estruturantes e duráveis da participação cidadã na gestão ambiental inerentes à mitigação. Deste modo tem-se buscado direcionar o recorte de público para assegurar o atendimento ao previsto na Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAM 01/10, cujo objetivo é *“apoiar um público diversificado, no acompanhamento, na divulgação e na discussão pública em torno a distribuição e da aplicação do recursos financeiros das participações governamentais (royalties e participações especiais) pelo poder público municipal”*.

A partir deste entendimento o perfil do público foi estabelecido numa dinâmica que envolveu os seguintes passos: a) contextualização bibliográfica do tema Royalties, análise crítica da documentação disponibilizada ao respeito no histórico do processo de Licenciamento na BC e síntese conclusiva; b) leitura do cenário político, econômico e social fixado no DP em torno da questão dos royalties do petróleo e c) o recorte do problema a luz da conjuntura nacional/regional, visando uma articulação orgânica com os desafios provenientes de promoção de processos educativos voltados para o desenvolvimento de uma

gestão ambiental compartilhada e cidadã. Em suma: a reflexão sobre o recorte do público previsto permitiu refletir sobre o papel estratégico da temática dos royalties no Licenciamento Ambiental. A partir dali construímos hipóteses e questões de trabalho orientadoras para o desenho de ações mitigadoras, pautadas na identificação dos grupos sociais afetados pelos efeitos regressivos da desinformação sobre as políticas municipais de gestão de royalties na Bacia de Campos.

- *Público-alvo direto*: Representantes de agentes comunitários; lideranças comunitárias identificadas no Diagnóstico Participativo do PEA-BC (membros de associações de moradores, quilombolas; trabalhadores rurais e assentados; membros de associações e colônias de pescadores)
- *Público-alvo indireto*: Representantes de associações comerciais, cooperativas, sindicatos e agremiações representativas da sociedade civil, sindicatos e associações de professores da rede pública e privada; agremiações estudantis universitárias dos municípios referidos, sejam eles impactados diretamente ou não pelos empreendimentos da indústria do petróleo e gás mas que sustentam posições sociais e papéis ativos no âmbito produtivo e social dos municípios selecionados.

Aspectos metodológicos

A metodologia praticada é de cunho interdisciplinar e de base participativa. Ela se fundamenta nos princípios propostos dentro do domínio da educação ambiental crítica e promove o desenvolvimento progressivo de ciclos formativos ao longo de 24 meses. A abordagem pedagógica adotado no projeto se apoiam também nas experiências pedagógicas comunitárias provenientes das práticas de extensão universitária da UENF que se baseiam na premissa da indisociabilidade do ensino-pesquisa-extensão. Elas se baseiam na aposta na dinâmica da co-gestão dialogada e na inter-relação dos grupos afetados com segmentos representativos da sociedade civil como via dupla de troca de saberes e articulação social. Nesse jogo de mediações e trocas simbólicas a universidade passa ocupar um papel decisivo baseado no capital social, prestígio, confiabilidade e legitimidade institucional dada pela sua trajetória na vida regional. A isto se agrega o valor dado pela percepção popular da universidade vista como lugar de produção de conhecimento e espaço da inovação e promoção social. Neste sentido a relação estabelecida entre a Petrobras, uma empresa de caráter público como demandante, a UENF uma universidade pública estadual como executora e o IBAMA, órgão ambiental federal, como condutor do processo de Licenciamento configuram e consolidam

uma estratégia inovadora na gestão pública ambiental dentro do Estado do Rio de Janeiro.

A primeira fase do projeto que conta com 24 meses tem como meta final a consolidação de dez Núcleos de Vigília Cidadã municipais. Eles estarão inseridos dentro dos Centros de Educação Ambiental da Petrobras. Atualmente funcionam já sete deles abertos como espaços comunitários à formação continua e lugar de troca de saberes, experiências e lazer compartilhado. A metodologia prevê cultivar estratégias cognitivas cooperadas e promover ações coletivas de reconhecimento da realidade dos impactos da indústria do petróleo a escala local com o objetivo de que auxiliem aos sujeitos da ação educativa a mediar suas necessidades, conflitos e demandas com o poder público municipal. Nesse sentido vem sendo desenvolvidos em sucessivas atividades municipais procedimentos metodológicos de caráter dialógico buscando gerar conhecimento e habilidades facilitadoras da aquisição, compreensão e produção de informações, bem como o desenvolvimento de atitudes necessárias à participação individual e coletiva na gestão do uso dos royalties e na formulação e aplicação de decisões que afetam a qualidade do meio físico-natural, social e construído.

O projeto fornece meios, instrumentos e junto a seu equipe técnica promove mediações nas comunidades para que os

segmentos sociais diversificados que habitam os territórios que compõem os municípios petroleiros da Bacia de Campos sejam melhor e mais informados, se conheçam, dialoguem se articulem e emponderem para encarar coletivamente o difícil desafio democrático de atingir uma gestão mais participativa e cidadã do controle social das receitas provenientes do royalties.

A concepção de educação ambiental na gestão pública do ambiente aqui adotada se inspira no conjunto de diretrizes, normas e ações de educação ambiental no licenciamento sob responsabilidade da CGPEG e na Instrução Normativa n. 02/2012 e se completa em sua especificidade com ferramentas provenientes do campo interdisciplinar do sócioanálise e da vigília cidadã. A análise e diagnóstico sócio comunicacional é basicamente uma variante da pesquisa-ação aplicada ao campo comunicacional popular e apropriado para as práticas de extensão em pesquisa comunitárias.

É notória como resultado do ritmo acelerado das transformações territoriais da BC a permanente dependência de dados estatísticos e estudos de caracterização sócio-demográfico mais precisos e atuais sobre os atores envolvidos que supram reconhecidas lacunas existentes nos estudos de impacto ambiental e diagnósticos participativos realizados até o momento sobre a região.

O sócioanálise⁴ consta de um roteiro de observação social e um dispositivo de gestão de informação e comunicação que sintetizamos na proposta da concepção da noção de Núcleos de Vigília. Esta metodologia oferece categorias e dimensões de observação de práticas sociais e processos comunicacionais aplicando uma metodologia empírica para investigar o funcionamento e os modos de apropriação e cultivo do entorno em seus múltiplos contextos (materiais, sociais, culturais e psicológicos). A aplicação do sócioanálise vinculada as atividades previstas de vigília permitira desenho e execução de ações educativas pontuais para a o aumento da compreensão da noção de impacto e da questão dos *Royalties* subsidiando processos de formação qualificada dos grupos afetados pela desinformação e desmobilização perante o impasse no controle social do royalties.

A Vigília Cidadã busca se associar a EA para combater o déficit informacional verificado na sociedade. Se postula disponibilizar um novo ambiente de ensino-aprendizagem para produção e aquisição de conhecimento e habilidades que

4 VIZER, E. A. Socioanálisis: metodología de investigación, análisis diagnóstico e intervención social. *Savia* No. 5. México: Universidad de Sonora, noviembre 2007 VIZER, E. A. & CARVALHO, H.. Socioanálisis, acción colectiva e intervención social estratégica. *Revista Savia* No. 5. México: Universidad de Sonora, noviembre, 2007 VIZER, E. A. & FERREIRA, J. Movimentos sociais: novas tecnologias para novas militâncias. In: *Mídia e movimentos sociais: linguagens e coletivos em ação*. Parte I, perspectivas teóricas. SP: Paulus, 2007.

facilitem aos sujeitos da ação educativa a compreensão dos benefícios, riscos e implicações ambientais decorrentes do desenvolvimento socioeconômico e a renda dos royalties e participações municipais oriundos das atividades petrolíferas na região. Ao mesmo tempo, aspira produzir de em cada município novos foros de discussão e produção cooperada de insumos (conteúdos comunicacionais e didáticos) para formação e inclusão de novos atores na até hoje restrita discussão pública sobre os royalties do petróleo na Bacia de Campos.

A noção de Vigília nos remete a “um estar acordado”, a um estado de consciência alerta. A definimos como o domínio da informação necessário para promover a vigilância cidadã sobre a gestão municipal da renda petrolífera na BC. A metodologia da vigília visa propiciar um agir comunicativo que sustente uma mediação eficaz entre a esfera pública e os segmentos da sociedade considerados sujeitos da ação educativa. A vigília consiste num serviço de suporte e orientação para a cidadania baseado na co-gestão de num conjunto de atividades que implicam estar informado de forma permanente e ao mesmo tempo estudar e entender os cenários, as mutações e permanências, visualizando o que esta em jogo no dia a dia da na vida nos territórios do petróleo fluminense. Este método auxiliará aos grupos sociais participantes do projeto na preparação das estratégias coletivas e possíveis respostas

aos desafios da participação política nos processos decisórios e na preparação para a gestão do controle social dos royalties. A Vigília dos Royalties propõe o exercício de compartilhar a informação aumentando o capital simbólico dos sujeitos da ação educativa. Isto se fará estimulando em cada município o desenvolvimento de uma “inteligência coletiva” apta para imaginar e debater um futuro comum desejado e inventar os meios reais para atingi-lo, num enfoque de planejamento cooperado. A vigília passa a ser um dispositivo social que uma vez constituído nos municípios selecionados promovera aos sujeitos da ação educativa uma inter-relação física e virtual em rede, aproximando-os pelo dialogo e pelo compartilhamento de experiências e rituais comuns. Esta ação coletiva produzirá um “novo” canal de informação depurada e autentica que servira como um foro de discussão para ajudar aos grupos participantes do projeto a se nivelar e qualificar para decidir. Os sujeitos da ação educativa serão qualificados para gerar informações como ativos sociais, que adquirirão no processo do Licenciamento um valor sociopolítico agregado estratégico, facilitando a articulação e a tomada de posição dos atores envolvidos no jogo democrático do controle social dos royalties na BC.

A Vigília dos royalties compreende basicamente três tipos de atividades que serão foco das ações educativas: a) *Reunir e analisar informação ao respeito dos impactos da indústria do petróleo* com ênfase na

descoberta da contabilidade pública dos royalties nos municípios da BC (arrecadação, composição orçamentária e destinos da utilização dos recursos); b) *Ler, discutir e sintetizar a informação*: interpretar e elaborar informes, assim como formar uma visão prospectiva baseado em cenários econômicos futuros da BC; c) *produzir e difundir a informação local*: oferecer um acesso diverso, ampliado e facilitado aos atores setoriais em suportes múltiplos. Sequencialmente estão sendo aplicadas técnicas participativas (oficinas; construção de mapas cognitivos; cursos de capacitação; reuniões comunitária; visitas técnicas) e outros recursos pedagógicos como palestras e seminários, que permitirão que aflorem e se conjuguem interesses e que os indivíduos se reconheçam como sujeitos sociais capazes de determinar “os processos decisórios de distribuição de custos/benefícios a partir da exploração de recursos naturais” (NT, 2010).

A metodologia elaborada tem se pautado na observação das exigências provenientes de Pareceres Técnicos do IBAMA/CGPEG emitidos sobre o extinto Projeto Pólen visando incorporar instrumentos que facilitem um monitoramento regular do cenário regional e os impactos da indústria do petróleo focando o tema prioritário dos Royalties. A integração metodológica proposta permitira também, em etapas sucessivas, aprofundar o conhecimento dos perfis dos grupos participantes, identificar a superação ou não do níveis de vulnera-

bilidade dos sujeitos da ação educativa e, simultaneamente, ajustar o acionar do projeto para convalidar no processo de pesquisa-ação os instrumentos de investigação e avaliação previstos.

Análise dos resultados

Se apresenta o desenvolvimento resumido das metas alcançadas ao longo do primeiro ano de execução do projeto, correspondentes ao período de maio de 2014 a abril de 2015.

As atividades iniciais do projeto corresponderam, principalmente, ao processo de seleção, admissão e formação da equipe técnica e pedagógica, assim como ao planejamento da execução de diversas ações e materiais didáticos que formaram a base do I Ciclo, denominado Ciclo de Sensibilização.

Iniciou-se o projeto com a incorporação da base da equipe técnica, constituída em grande parte egressos de diversos cursos da UENF afins com a natureza da proposta, assim como antigos participantes do projeto Pólen. Simultaneamente a este movimento, foram realizados encontros de formação e nivelamento de informação sobre o processo do Licenciamento Ambiental, mediadas por atividades grupais pedagógicas e participativas (oficinas) todas elas protagonizadas pela equipe

de professores e técnicos da UENF e os novos colaboradores. Buscou-se aproximar e fortalecer o grupo, privilegiando a compreensão circunstanciada do projeto e a compreensão dos objetivos, o plano de trabalho e suas relações com o Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos. Foram focados temas e conteúdos referidos ao processo de formação do campo da Educação Ambiental na perspectiva crítica, além de caracterizar e aprofundar o conhecimento sobre a Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº 01/10 e aspectos da Gestão Ambiental Pública no âmbito do Licenciamento Ambiental Federal promovido pelo órgão ambiental federal. Do ponto de vista técnico foi discutida e desenvolvida a identidade visual do projeto mediante a criação do “Manual de Marcas” e suas aplicações futuras no desenho das ferramentas do Circuito de Educação Ambiental, projetando sua aplicação nos diversos produtos educativos comunicacionais e de divulgação que foram criados pela equipe e compõem a Caravana.

O segundo momento foi a elaboração e execução do ciclo de atividades de sensibilização sobre a temática do projeto “Territórios do Petróleo”, composto pelo Circuito de Educação Ambiental, composto por um conjunto de tendas de aproximadamente 500 m² de superfície formado e uma carreta escola que acolheu atividades diversas como a Mesa Redonda, Oficina do Futuro, Mostra de Cinema, Teatro

Ambiental e atividades pedagógicas como jogos e visita a Linha do tempo das energias. A Caravana cumpriu o roteiro previsto visitando os municípios de Quissamã, Carapebus, Campos dos Goytacazes (Farol de São Tomé), São João da Barra, Macaé, Rio das Ostras e Casimiro de Abreu. Na passagem da Caravana foram progressivamente incorporadas e executadas todas as atividades idealizadas que compõem a totalidade do circuito educativo. Devemos apontar que o circuito define um processo educativo dinâmico e complexo que demanda para seu funcionamento atividades prévias de gestão institucional (identificação, negociação e habilitação do espaço), planejamento logístico e produção executiva, que somadas aos fatores climáticos aleatórios, configuram uma atividade diferenciada e única em cada município cujo sucesso depende de múltiplas variáveis em jogo.

É importante destacar que a resposta à mobilização por parte das comunidades levantadas, assim como a atração do público em geral para as atividades da caravana nos meses de verão, mostrou-se oscilante, com destaque para Quissamã, Farol de São Tomé, Macaé e São João da Barra. Algumas atividades planejadas incidiram na agenda de férias da população, assim como os efeitos climáticos da estiagem e das altas temperaturas, que atingiram níveis históricos e ultrapassaram os 40°C, prejudicando o deslocamento das pessoas nos horários previstos e obrigando

do a modificar horários e estratégias do circuito ambiental da Caravana.

Cada arranjo local teve suas peculiaridades e a passagem do circuito mostrou-se uma experiência singular em cada localidade, produzindo os efeitos não planejados, como a demanda de um público escolar que se tornou assíduo visitante do circuito ambiental, gerando um efeito não previsto de retorno à caravana com o grupo familiar.

Em municípios como São João da Barra, Quissamã, Carapebus e Campos dos Goytacazes (Farol de São Tomé) as atividades promovidas pelo circuito ambiental da Caravana (com destaque para a mostra de cinema ambiental e do teatro), constituíram-se como as únicas atividades culturais, gratuitas e educativas, desenvolvidas no período.

Destaca-se, ainda, uma atividade resultante da dinâmica do processo e não planejada originalmente, denominada Mostrinha de Cinema. Trata-se de filmes apresentados no espaço fechado da carreta com programação diferenciada e dirigida ao público infantil, em paralelo à apresentação da Mostra de Cinema Ambiental destinada a um público adulto. Esta atividade possibilitou a participação de mães e pais tanto na Mostra como no debate posterior, sem a preocupação com o cuidado dos filhos.

Chamou a atenção da equipe o grau de participação qualitativa dos sujeitos da ação educativa atingido nas atividades desenvolvidas na etapa de sensibilização realizada pela Caravana. A interação dos sujeitos com o conjunto de atividades tanto pedagógicas (Mesa Redonda, Oficina do Futuro e Mostra de Cinema, Teatro, Tótems) quanto lúdicas (jogos e roda de conversas) permitiram criar e articular debates de questões fundamentais para a organização e participação social, bem como a intervenção sobre processos decisivos da gestão pública dos recursos provenientes das rendas petrolíferas.

A segunda meta consistiu em identificar e selecionar entre dez e vinte sujeitos da ação educativa por município para participar do ciclo de formação (ciclo II), os quais futuramente irão desenvolver os Núcleos de Vigília em cada unidade territorial. Essa atividade se realiza nas apresentações do projeto em cada município, somadas ao conjunto de atividades do circuito educativo envolvidas na passagem da Caravana Territórios do Petróleo, mais especificamente na Mesa Redonda, na Oficina do futuro e na Devolutiva. Esta meta foi alcançada nos municípios de Quissamã, Carapebus, Campos dos Goytacazes (Farol de São Tomé), São João da Barra, Macaé e Rio das Ostras e Casimiro de Abreu. Nos municípios de Armação de Búzios, Arraial do Cabo e Cabo Frio, as atividades foram realizadas nos meses de maio e junho de 2015.

A terceira meta do Plano de Trabalho está associada à realização, por município, de duas oficinas para a implantação dos Núcleos de Vigília Cidadã, originariamente previstas para começar somente após a passagem da Caravana pelo conjunto dos municípios. As oficinas foram antecipadas com o objetivo de prevenir a possível desmobilização dos sujeitos da ação educativa, no intervalo que se criaria e, consequentemente, visando incentivar a permanência dos sujeitos.

A realização das oficinas II e III possibilitou desenvolver procedimentos metodológicos de carácter dialógico e interativo na aquisição do conhecimento e na produção de informações que afetam o meio físico e social dos participantes. Aponta-se que a qualidade da participação nas oficinas tem sido o ponto forte das análises, nas quais foram identificadas pessoas com consciência crítica, vontade transformadora e formadores de opinião. Estes fatores considerados determinantes na implementação de um grupo sólido, comprometido e crítico, são indispensáveis na consolidação dos Núcleos de Vigília. Entende-se que assim será possível aos membros dos Núcleos de Vigília desenvolver o exercício de compartilhar a informação sobre royalties e cidadania, ampliando o conhecimento dos sujeitos da ação educativa.

Em alguns casos, como no município de Quissamã, houve uma participação oscilante por parte de alguns sujeitos da ação edu-

cativa, sendo necessário estimular e fortalecer a participação de novos sujeitos com perfil e interesse em participar das oficinas.

A execução das atividades vinculadas à quarta meta do projeto foi antecipada com o objetivo de prevenir a possível desmobilização dos sujeitos no intervalo que se criaria entre a passagem da Caravana e o Ciclo de Formação.

Composta por três oficinas articuladas e consecutivas compõem um ciclo de formação denominado “Alfabetização digital” que articula saberes, linguagens e técnicas, a saber: Oficinas: I - Fotografia digital: estudos dos impactos socioambientais e políticas públicas por meio da produção de imagens; IV - Redes, Mídias Digitais e Linguagem Jornalística; V: Produção Áudio Visual.

A realização das oficinas, sob a responsabilidade e execução dos docentes e técnicos da UENF vinculados ao Projeto, já teve início nos municípios de Quissamã, Carapebus, São João da Barra, Macaé e Rio das Ostras. As atividades estão sendo avaliadas e, surgindo a necessidade, alguns ajustes de datas e temas estão sendo discutidos pela equipe técnica. Identificou-se a necessidade de manter a mobilização em Quissamã e Macaé, a fim de estimular e fortalecer a participação e inclusão de novos atores sociais interessados em conhecer e desenvolver a temática do projeto Territórios do Petróleo.

A quinta meta, oficina de comunicação audiovisual (fotografia e vídeo) está dedicada a instrumentalizar os sujeitos da ação educativa para a aplicação da linguagem audiovisual na construção de um produto audiovisual coletivo por município. Esta meta visa dar sequência às formações já iniciadas nas metas 3 e 4, e foi planejada com o objetivo de estimular o interesse e viabilizar a apropriação dos participantes dos assuntos e práticas referentes à produção audiovisual como um todo, incluindo a construção de roteiros de entrevistas, produção de narrativas locais, práticas de gravação e edição. Por fim, entende-se que irá capacitar os participantes através de uma visão crítica, política e emancipatória do fazer artístico, permitindo atender aos resultados previstos e planejados para o atendimento da décima primeira meta.

A sexta meta vincula-se ao desenvolvimento de um espaço virtual de comunicação transmidiática do projeto, destinada a integrar conhecimentos, informações e mediar a comunicação dos atores do projeto e dos futuros núcleos. No momento este dispositivo se encontra em fase de teste, tendo a primeira versão para homologação da empresa. Este Site Web do projeto (territorios.uenb.br) tem previsão de lançamento em julho de 2015. A plataforma virtual irá disponibilizar informações referidas ao projeto assim como conteúdos referentes a cada um dos dez Núcleos de Vigília e ao Banco de Imagens do projeto.

Na consecução da sétima meta foi desenvolvido um banco de dados, ainda em versão de teste. Permanecem em deliberação, dentro do setor jurídico da Petrobras, alguns aspectos legais relacionados ao uso da imagem e aos limites de disponibilização das imagens. Do ponto de vista cognitivo se trabalha no campo semântico na definição de estratégias de catalogação e recuperação de informações relativas à criação de uma árvore temática do Licenciamento Ambiental, aspecto diferencial da proposta.

O material educativo relativo à oitava meta, desenvolvido e produzido por professores associados ao projeto e parte da equipe técnica, foi distribuído em diversas atividades, atingindo os perfis de público diferenciados. Sua distribuição não se restringiu apenas aos visitantes do Circuito na caravana em suas diversas passagens, mas também atingiu segmentos de cidadãos pertencentes aos públicos prioritários identificados e abordados durante a fase de mobilização para a divulgação do projeto.

O conjunto de estratégias da cartilha “Territórios do Petróleo: cidadãos em ação”, foi desenvolvido para possibilitar aos leitores encontrar respostas para suas perguntas. A cartilha os estimula a compreender como a sua participação pode contribuir para, de forma coletiva, identificar problemas e construir soluções para questões relacionadas ao licenciamento ambiental,

à exploração e produção de petróleo e do gás natural, além da utilização dos royalties e das participações especiais. A abordagem da cartilha procura demonstrar que a temática das receitas petrolíferas está relacionada com as demais necessidades de ampliar as melhorias na sua qualidade de vida e também da sua comunidade, da sua região, do seu estado.

Ao longo de atividades do projeto como Mesa Redonda e Oficina do Futuro, a equipe técnica pode observar o engajamento dos sujeitos da ação educativa com a leitura dos conteúdos expostos na cartilha, bem como das informações contidas nos Totens e nos painéis sobre a Educação Ambiental no âmbito do licenciamento, favorecendo assim, uma participação crítica aprofundada e qualificada nos debates.

A nona meta encontra-se descrita no plano de trabalho como um processo avaliativo em cada um dos dez municípios de atuação do projeto e sua realização está prevista no décimo segundo mês do convênio. A finalidade é inferir se os objetivos, indicadores e metas propostos no escopo inicial estão sendo alcançados e subsidiar a formulação das atividades da etapa seguinte. Propõe-se retomar o conjunto das atividades desenvolvidas e avaliar os resultados obtidos junto com os participantes que venham a compor os núcleos de vigília cidadã, além de perceber quais são as expectativas para as ações futuras. A avaliação terá a participação de sujeitos

efetivamente participantes do projeto e já municiados de todo o repertório referente às oficinas do Ciclo de Formação.

Em resumo, a atividade de avaliação do projeto em nível local (municípios) prevista no plano de trabalho para o décimo segundo mês terá início nesse mês e encerramento no mês dezessete, dando sequência ao processo de formação. Os ajustes de cronograma refletem um esforço específico para evitar a sobreposição de datas com eventos ou atividades de outros PEAs.

O cumprimento da décima meta que consiste em promover um encontro regional para intercâmbio e integração de experiências está previsto no Plano de Trabalho para acontecer no 24º mês de vigência do projeto (maio/2016).

O desenvolvimento da décima primeira meta determina a produção de dez vídeos temáticos intitulados 'Territórios do Petróleo', dedicados a retratar a questão dos royalties e dos impactos da indústria do petróleo, na visão dos grupos vulneráveis de cada município. O conteúdo será editado posteriormente à execução das oficinas de vídeo (Meta 5) e à consolidação paulatina dos grupos e dos espaços municipais que acolherão os Núcleos de Vigília. Esta atividade será um dos produtos esperados da participação dos sujeitos da ação educativa no conjunto das oficinas de formação. Desse modo, a realização

desta meta está vinculada à realização das atividades previstas na meta 5, que pretende motivar a participação dos sujeitos da ação educativa para a compreensão da linguagem e iniciação na produção do audiovisual, possibilitando externar a sua realidade de maneira criativa, facilitando a expressão de suas ideias e conhecimentos. Portanto, será privilegiado um recorte temático vinculado a narrar a história de cada comunidade, visando identificar e associar na narrativa os impactos da indústria do petróleo na vida das pessoas.

Considerações finais

A realização do projeto Territórios do Petróleo configura-se como uma conquista para toda a população dos Municípios da Bacia de Campos. Tendo como base a análise dos resultados das avaliações (consultar anexo IV) realizadas durante a implementação do I Ciclo do projeto, foi possível constatar avaliações promissoras do processo pedagógico experimentado pelos sujeitos da ação educativa.

Conclui-se que, em relação à execução do cronograma, as metas previstas foram atingidas. Vale mencionar a consolidação e amadurecimento da equipe do projeto, incluída a equipe pedagógica, no aprofundamento da reflexão e implementação de metodologias variadas, que resultaram em novas ferramentas usadas para renovar

o interesse pelo licenciamento ambiental ampliando seu arcabouço metodológico e questionamentos. Essas ferramentas visam desenvolver um olhar crítico, por meio da ampliação do repertório didático desde uma perspectiva lúdica e participativa, que possa despertar novas sensibilidades para estimular a compreensão sobre o licenciamento ambiental e a problemática dos royalties num público mais amplo. Nesse sentido, a inclusão social foi uma dimensão importante da proposta da caravana, considerando necessidades educativas especiais de alguns grupos, exemplificadas no sistema de informação via áudio específico para deficientes visuais (Sistema Guiar), assim como dimensões de segurança/proteção adequadas nas aberturas e um elevador para cadeirantes instalado na carreta.

O contato com as comunidades, favorecido pela passagem da Caravana na execução do ciclo de sensibilização do projeto, evidenciou, a partir dos testemunhos recolhidos, alto nível de desinformação, não apenas sobre a renda petrolífera na Bacia de Campos, mas também sobre a natureza e o alcance do licenciamento ambiental e a gestão ambiental como ferramentas políticas republicanas, ratificando o resultado do Diagnóstico Participativo do PEA-BC. Além disso, outro fator importante está relacionado com as visitas técnicas nas prefeituras dos municípios, destacando que os espaços públicos utilizados pela Caravana estavam condicionados à

liberação por parte dos órgãos públicos locais, e que na medida das suas limitações e possibilidades, foram receptivos com a proposta do projeto.

Merece ainda reflexão a questão da participação. Especificamente, faz-se referência ao baixo nível de confiança nas instituições democráticas, no funcionamento do regime representativo na esfera municipal, motivado em grande medida por reiterados escândalos nas sucessivas gestões e a ausência de espaços deliberativos, como por exemplo Conselhos, que cumprem funções apenas consultivas, desestimulando a participação.

Se este quadro de desmotivação e descrença na capacidade de transformação da realidade é visível por parte da população em geral, as lideranças estabelecidas identificadas a partir do diagnóstico participativo e do ciclo de sensibilização do projeto, somadas aos jovens atraídos pela mobilização, evidenciam significativa capacidade de resiliência, espírito crítico e cívico e interesse pela oportunidade de formação que o projeto propõe, apesar da fragilidade de organização social constatada em alguns casos. Essa característica na participação possui um papel fundamental neste processo de redescoberta das práticas societárias. Acredita-se que, através dela, aqueles deixados à margem poderão ser incluídos no processo democrático, colaborando na própria definição da comunidade em que estão inseridos.

Ficou evidente, nas sucessivas discussões motivadas pelas Mesas-Redondas, Oficinas do Futuro e Oficinas de Devolutivas, que a ausência de transparência e o caráter consultivo dos espaços democráticos locais fragilizam as possibilidades de controle social pelos cidadãos, premissa deste projeto, inibindo em alguns casos o interesse pela participação ativa de caráter político.

Estes elementos identificados ao longo do primeiro ano de trabalho compõem um cenário desafiador para o estudo e intervenção na Bacia de Campos, pela complexidade das realidades locais e diversidade de problemas concomitantes em uma mesma região, marcadas por fortes desigualdades sociais e de acesso a bens e serviços que configuram carências estruturais, que pouco mudaram e em alguns casos se aprofundaram nos anos que passaram desde a finalização do mencionado Diagnóstico Participativo.

Este quadro se torna mais complexo pela força da conjuntura da crise mundial do petróleo, que recoloca e redimensiona a discussão política dos royalties no cenário nacional, afetando diretamente as economias dos municípios contemplados pelo projeto Territórios do Petróleo. Esta situação vem reforçar a atualidade desta proposta, tornando seu foco de interesse e ação ainda mais oportuno e estratégico.

Ambas as dinâmicas paradoxais tornam ainda mais instigante o cenário de ação,

ao ser possível observar as necessidades e, ao mesmo tempo, as potencialidades demonstradas pelos sujeitos privilegiados pelo projeto. Nesse nível de intervenção, a presença da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro torna-se determinante para o fortalecimento do vínculo de confiança, tanto no plano simbólico como material.

Finalmente, a meta final deste período de trabalho representada pela constituição material dos Núcleos de Vigília municipais representa uma inovação social na gestão pública ambiental. Se pretende ao final desta primeira etapa incidir chamando a atenção acerca da potencialidade positiva e fundamental para a vida democrática da comunidades atingidas pela economia dos Royalties do valor e da informação como direito constitucional. A organização social em prol do entendimento da logística perceptiva e a geração de conhecimento reflexivo sobre as etapas e dinâmicas envolvidas nas participações governamentais dos recursos da renda petrolífera são instancias fundamentais para o fortalecimento institucional das praticas democráticas na região. A informação, sua compreensão e o conhecimento compartilhado são hoje ferramentas imprescindíveis para cultivar processos coletivos que contribuam a efetivar e garantir tanto a justiça intergeracional, quanto o controle social da aplicação de royalties e a diversificação das economias municipais em prol da mitigação de impactos socioambientais

e políticos resultantes do empreendimento petrolero na região. O método, as tarefas desenhadas e as mediações idealizadas vem exibindo resultados alentadores na mobilização da população selecionada dos municípios alvos para após da descoberta da natureza “invisível” dos impactos socioeconômicos e políticos dos royalties, compreender como operam os entraves produzidos na compreensão pública da aplicação e gestão municipal das rendas petrolíferas na BC. A carência de informação pública do cidadão e de transparência na gestão dos royalties nos municípios que compõem o Território do Petróleo conspira significativamente para o aumento de sua complexidade e a ausência de estratégias para o controle social.

Referências bibliográficas

- AAVV, PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DE CAMPOS-REGIÃO 5- Programa Plataformas de Cidadania- Proposta do Projeto de Educação Ambiental- Territórios do Petróleo- Linha de Ação B, UENF, Fevereiro de 2013.
- BRASIL, Lei no. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 02 set. 1981.
- BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional nº 20, 15 dez. 1998. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
- BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial [da] Repú-

- blica Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 abr. 1999.
- BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto N° 99.274, DE 6 DE JUNHO DE 1990. Regulamenta a Lei n° 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei n° 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências.
- BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI N° 7.735, DE 22 DE FEVEREIRO DE 1989. Conversão da MPV N° 34, de 1989. Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências.
- BRASIL, Presidência da República. Decreto n° 4.281, de 25 de Junho de 2002. Regulamenta a Lei n° 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.
- BRASIL, Resolução CONAMA n° 237, de 19 de Dezembro de 1997. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 dez. 1994. 22 dez. 1997.
- BRASIL, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Nota Técnica Cgpeg/Dilic/Ibama N° 01/10. 10 de fevereiro de 2010. Diretrizes para a elaboração, execução e divulgação dos programas de educação ambiental desenvolvidos regionalmente, nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás. Brasília, 2010.
- GOHN, M.G. Educação não formal, aprendizagens e saberes em processos participativos. Investigar em Educação – II a Série, Número 1, 2014.
- IBAMA. Coordenação geral de Educação Ambiental. Como o Ibama exerce a educação ambiental. Brasília, 2002, 32 p. Disponível para download em: www.macae.rj.gov.br/midia/conteudo/arquivos/1366507498.pdf. Acesso em 11-6-2014.
- QUINTAS. J. Introdução. Como o IBAMA exerce a Educação Ambiental. Brasília: Edições Ibama, 2002. 32 p. Disponível para download em: www.macae.rj.gov.br/midia/conteudo/arquivos/1366507498.pdf. Acesso em 11-6-2014.
- LOUREIRO, Carlos Frederico B. Educação Ambiental no Licenciamento: Uma Análise Crítica de suas Contradições e Potencialidades. Sinais Sociais. SESC | Serviço Social do Comércio, ISSN 1809-9815. Ano 5, N. 14, setembro - dezembro de 2010, pp 10-35. Acesso em 11-6-2014.
- MAGALHÃES, N; RODRIGUES, E. O papel da educação ambiental no contexto do licenciamento e da gestão ambiental da Indústria de petróleo e gás. VIII Congresso Nacional de Excelência na Gestão. Anais, 2012, ISSN 1984-9354. Disponível para Download em: http://www.excelenciaemgestao.org/portals/2/documents/cneg8/anais/t12_0479_2984.pdf. Acesso em 11-6-2014.
- MARTÍN-BARBERO, Jesus. Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In: MORAES, Denis (ORG). Sociedade Midiatizada. Rio de Janeiro: Mauad, 2006